

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA



11. O EXÉRCITO ROMANO: DA MATRIZ HOPLITA À AMEAÇA BÁRBARA

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC)

ORCID: 0000-0003-3418-0217

joao.g.monteiro@sapo.pt

Sumário: Este capítulo visa dar a conhecer a estrutura da máquina militar romana e os grandes momentos e protagonistas da sua evolução, desde o período de transição da Monarquia para a República até ao Baixo Império (c. 500 a.C. – 400 d.C.)¹.

O Império Romano, provavelmente a construção política mais imponente e duradoura que o mundo ocidental já conheceu, deve em grande medida o seu sucesso a uma máquina militar absolutamente fabulosa e original. Foi o exército romano que tornou possível que uma pequena cidade do Lácio, virada ao Mar Tirreno, se tenha conseguido tornar a capital de um império que, no dizer de Flávio Josefo (III 5 236), se estendia do Eufrates ao Oceano, e das regiões mais férteis do Norte de África aos cursos do Reno e do Danúbio. A cronologia deste império é vastíssima: mesmo que nos cinjamos à sua componente ocidental, ele durou mais de cinco séculos: desde o governo de Otávio Augusto, o primeiro imperador romano (27 a.C. – 14 d.C.), até, grosso modo, 476 d.C., a data tradicionalmente invocada (hoje com menos convicção) pelos historiadores para assinalarem a queda do Império Romano do Ocidente, com a deposição de Rómulo Augústulo pelo rei bárbaro Odoacro (o líder dos Hérulos).

A máquina militar que suportou este império dispunha de amplos recursos humanos e financeiros: as estimativas de soldados ao serviço de Roma feitas por João “o Lídio” (I 26), um autor bizantino do séc. VI d.C., apontam para

¹Trabalho realizado no âmbito do Projeto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017).

entre 300 000 (nos sécs. I, II e inícios de III d.C.) a 435 000 (na fase imediatamente posterior), distribuídos um pouco por todo o espaço imperial; financeiramente, calcula-se que o Estado romano, ao tempo de Augusto e de Domiciano (i. e. entre 27 a.C. e 96 d.C.), gastasse cerca de 65 milhões de denários só com o pagamento dos soldos dos seus homens de armas, verba que aumentaria para 195 milhões entre os principados de Caracala e Diocleciano (de 211 a 305 d.C.). Estes números, já de si impressionantes, tornam-se esmagadores se nos lembrarmos que, segundo cálculos recentes, a máquina militar consumiria, no principado de Augusto, perto de 90% daquilo a que poderemos chamar, por comodidade de discurso, o 'orçamento geral do Estado' romano (Le Bohec 2009 48)!

Uma parte muito significativa destes recursos humanos e financeiros era aplicada na organização, manutenção e treino das legiões, a 'jóia da Coroa' do exército romano e um tipo de organismo militar que nunca existiu em mais parte alguma do mundo. Segundo sugere Tácito (escritor da segunda metade do séc. I d.C.) nos seus *Anais* (IV, 4, 5), ao tempo de Tibério (o sorumbático sucessor de Augusto, entre 14 e 37 d.C.) haveria 25 legiões, distribuídas deste modo: 8 na zona do Reno, 4 acompanhando o longo serpentear do Danúbio (das quais duas na Panónia, atual Hungria, e duas mais a leste, na Mésia), 4 no Oriente, 4 em África, 3 na Hispânia e 2 na Dalmácia (atual Croácia e, portanto, as mais próximas da capital do império). Além deste exército terrestre, havia ainda a marinha e, claro está, as tropas que compunham a guarnição de Roma. Mais adiante, analisaremos todas estas parcelas com vagar.

Antes de examinarmos o interior da máquina militar imperial, convém sublinhar que esta não foi uma criação *ex nihilo* de Augusto! Claro que não: o sobrinho-neto de Júlio César herdou um exército com séculos de tradição e de experiência, tratando depois de o aperfeiçoar. Vale a pena reconstituir, de forma breve, os principais momentos da história do exército romano até aos finais de República.

Muito provavelmente por influência etrusca (que podemos talvez associar à figura de Lúcio Tarquínio, segundo a tradição o quinto rei de Roma, falecido em 579 a.C.), os Romanos (tal como os Cartagineses e outros povos) adotaram a falange hoplita como modelo. Esta pressupunha um combate em formação cerrada, exclusivamente interpretado por infantaria munida de um escudo redondo e convexo (o *hoplon*, que deu nome à formação, munido de um original sistema duplo de braçadeira e pega) e de uma lança longa (com 2 a 2,5 metros de comprimento), boa para manter os adversários em respeito. A falange hoplita clássica apresentava geralmente oito ou doze fileiras de profundidade e, no seu seio, imperavam a disciplina e a igualdade: lado a lado, ombro a ombro, os soldados-cidadãos (homens livres com riqueza suficiente para adquirirem o seu equipamento) partilhavam o mesmo destino, dando expressão militar à solidariedade comunitária que era a essência da cidade-Estado grega. Quando as falanges de duas cidades-estado chocavam entre si num terreno plano, os homens

das primeiras filas usavam as suas compridas lanças para golpear de ponta, normalmente por cima do ombro ou junto à orla do escudo, visando a garganta, os ombros, o peito ou as virilhas do seu adversário direto. Enquanto isso, os companheiros das linhas mais recuadas faziam alguma pressão sobre as fileiras da frente, tentando forçar o alargamento de alguma brecha que se tivesse aberto nas primeiras linhas adversárias (a isto se chamava o *othismos*). Como o escudo era transportado no braço esquerdo, a tendência natural era para cada homem se encostar ao companheiro da direita, aproveitando um pouco dessa proteção; sendo assim, a formação tornava-se impenetrável e os homens dependiam intimamente uns dos outros: ninguém podia fugir! Conseguida a penetração, tentava-se pôr em fuga a formação adversária e, depois, ‘enrolar’ os restantes contingentes inimigos dispostos no terreno (um dos significados para o termo grego *phálanx* é, justamente, o de *rolo*). As baixas eram elevadas (cerca de 15% entre os vencidos), embora as perseguições fossem breves e não se procurasse a aniquilação dos inimigos: o objetivo era controlar o campo de batalha e, na condição de vencedor da jornada, negociar depois um acordo favorável, no quadro das tradicionais alianças entre as diversas *poleis*. Os hoplitas preferiam uma guerra curta e decisões rápidas, de modo a poderem regressar depressa e sem grandes perdas às suas atividades económicas, em especial à agricultura. Neste ambiente, havia pouco lugar quer para a cavalaria (o terreno montanhoso e pedregoso da Grécia também não ajudava à criação de cavalos), quer para corpos de infantaria ligeira, do tipo dos arqueiros, dos dardeiros ou dos fundibulários, que careciam de espaço para o arremesso dos seus projéteis, algo que escasseava no interior de uma falange (Monteiro 2012 19-23).

Roma herdou este modelo, mas acabou por o transformar, em resultado das exigências ditadas pelos vários tipos de combate a que o expansionismo romano obrigou. É costume dizer-se que a primeira grande mudança coincidiu com as reformas de Sêrvio Túlio (segundo a tradição, o sexto rei de Roma, assassinado em 535 a.C.), às quais se fez já uma referência detalhada no primeiro volume desta obra. Túlio entendeu que os pequenos proprietários deviam defender a República de forma proporcional à sua riqueza e impôs uma mudança de paradigma na organização e divisão dos cidadãos: se até aí estes estavam recenseados em cúrias, tomando-se como base o seu domicílio, agora passaram a ser escalonados em classes determinadas pela respetiva riqueza. Deste modo, aqueles cuja atividade e riqueza mais contribuíssem para o bem do Estado teriam também mais responsabilidades políticas e militares. A cidadania passou então a organizar-se em função de um censo que distinguia cinco classes diferentes, cada qual subdividida num certo número de centúrias. Como se explicou mais atrás, de um total de 193 centúrias, mais de metade dizia respeito aos *equites* (18 centúrias) e à primeira classe (80 centúrias), o que não apenas fazia delas as principais fornecedoras de soldados para o exército, como lhes permitia dominar o voto nos comícios centuriatos (as assembleias do povo em armas). Repare-se no equipamento a que cada um dos grupos estava obrigado: os cidadãos inseridos

na primeira classe deviam apresentar-se nos teatros de operações munidos de casco, escudo redondo, grevas, couraça, espada e lança; aos da segunda classe exigia-se o mesmo equipamento (mas com um escudo oblongo, o que tornava a couraça inútil), e aos da terceira também (embora estes estivessem dispensados das grevas para proteção das pernas). Todos estes homens (ao todo, 120 centúrias) dispunham de um equipamento próprio para combater em formações cerradas, ao género da falange grega, constituindo a lança, nesta época, a arma base do legionário. Já os cidadãos da quarta classe deviam levar apenas lanças e dardos, e os da quinta só fundas e pedras. Abaixo destes todos estavam os *infra classem*, ou seja, os *inermes* ou *capite censi*, que, embora numerosos, ficavam dispensados de servir no exército por falta de rendimentos.

A reforma de Sérvio Túlio deu um contributo importante para o futuro da organização militar romana. Embora não tivesse modificado o modo (hoplita) de combater, criou um elo entre riqueza patrimonial e serviço militar, fez com que a seleção dos recrutas (*legere*, daí a palavra *legio*, ou seja, *legião*) se passasse a fazer com base nessa estratificação, criou dentro de cada classe uma reserva (os *seniores*) e um grupo de combatentes ativos (os *iuniores*) e, claro, fundou as centúrias. Quanto aos oficiais, passaram a ser recrutados entre os *equites* (os cavaleiros), isto é, entre os cidadãos mais ricos e que, por isso, constituíam uma classe à parte.

Sabemos ainda muito pouco sobre estas épocas mais recuadas da história de Roma, mas deve ter sido com um exército deste tipo que a Urbe partiu para as Guerras Samnitas, travadas entre 343 e 290 a.C. e já analisadas no primeiro volume desta obra. Hoje, a tendência dos historiadores é para atribuir a este conflito uma influência enorme na transformação da máquina militar romana (Brizzi 2004 62-67). É que os Samnitas eram gente rude das montanhas dos Apeninos, organizadas segundo um *habitat* disperso (parece que só se urbanizaram no séc. I a.C., com a Guerra Social e as reformas de Sula), pontuado por fortificações originais dispostas de forma encadeada nos pontos mais altos (*oppida*). Para se defenderem, os Samnitas faziam com que essas fortificações desenhassem vários círculos, entremeados por obstáculos de diversa natureza que serviam para barrar os acessos ou atrapalhar a marcha dos inimigos. Instalavam também postos de observação e de comunicação e organizavam redes de caminhos de cabras, para além de erguerem pequenas fortificações e pontes móveis a cavaleiro dos pontos de passagem obrigatórios. Se cada um dos elementos deste sistema defensivo que evocámos era relativamente fruste, já o conjunto formava um todo coerente e, devido até à capacidade de apoio mútuo que existia entre as várias parcelas isoladas do sistema, oferecia um desafio inédito ao exército tradicional da Urbe.

Perante isto, e depois de sofrerem muitos dissabores (o mais cruel foi a humilhação nas Forcas Caudinas, em 321 a.C.), os Romanos tiveram de repensar o seu modelo tático. Para fazerem face a uma defesa encadeada e que dava muitas possibilidades de fuga aos defensores, os Romanos estavam a ser obrigados a dispersar as suas forças, que deste modo corriam o risco de serem aniquiladas

uma a uma. Sem possibilidade de enfrentar o adversário (ligeiramente equipado com placas de metal em forma de disco triplo, o *kardiophylax*, e com dardos ou lanças curtas) em batalha campal, às quais os Samnitas se furtavam o mais possível, os legionários tinham de perseguir, de avançar e de recuar, de repetir cercos aos mesmos locais, de recorrer a retiradas nem sempre bem-sucedidas, e para tudo isto a velha formação cerrada de inspiração hoplítica, boa para combates em campo aberto e em terreno plano, estava manifestamente desadequada. O modelo era demasiado rígido e a solução passou por criar um novo tipo de legião, a que geralmente se chama “legião manipular”. Isto é: o grande monobloco foi subdividido em unidades mais pequenas mas bem articuladas entre si, chamadas manípulos, cada qual com cerca de 120 homens (o equivalente a duas centúrias de 60 soldados).

De acordo com as informações de Políbio (um autor do séc. II a.C. e a nossa fonte mais importante para o conhecimento da máquina militar republicana: 6.19-24), a legião manipular organizava-se em três linhas principais:

- i) os *hastati*, combatentes ainda jovens, munidos de *scutum* oblongo com *umbo* (a bossa central), espada curta (o célebre gládio hispânico), dois dardos (ou *pila*), casco de bronze (rematado com um penacho que criava uma ilusão de aumento de estatura), grevas e peitoral ou loriga; estes combatentes da primeira linha eram em número de 1200, distribuídos equitativamente por 10 manípulos posicionados lado a lado;
- ii) os *principes*, combatentes no auge do seu vigor físico, equipados da mesma forma que os *hastati* e em número e distribuição idênticos, mas na segunda linha;
- iii) os *triarii*, os soldados mais maduros, munidos de uma lança longa em vez do *pilum* e em número mais reduzido: eram apenas 600, distribuídos igualmente em 10 manípulos (mas mais delgados e numa terceira linha, mais recuada).

A isto se chamava a *triplex acies* (a *linha tripla*), com a particularidade de as três linhas se disporem no terreno de uma forma enxadrezada (o *quincunx*), tal como as cadeiras num cinema de hoje, de modo a eliminar-se os corredores entre linhas e a cobrir-se melhor os espaços. Em teoria, a largura de cada manípulo deveria ser equivalente ao espaço existente entre eles, pelo que o conjunto do dispositivo assumia uma configuração bastante geométrica.

À frente destas três linhas, atuavam os *velites*, ou seja, os soldados mais novos e/ou mais pobres, talvez em número de 1200 e equipados com espada, dardos leves, um escudo ligeiro e redondo e um casco simples revestido de pele de lobo. Eram homens vocacionados para as escaramuças que assinalavam a abertura dos combates, mas também podiam cumprir funções de batedores de terreno, de angariadores de forragens e outros abastecimentos, ou até de proteção da vanguarda das colunas de marcha.

Deste modo, a legião manipular contava, ao todo, com cerca de 3000 soldados de infantaria, aos quais se associavam os *velites* e perto de 300 cavaleiros, geralmente posicionados nas alas no momento das batalhas. Como se percebeu pelo equipamento descrito, sobretudo tendo em conta que as duas primeiras linhas da *triplex acies* estavam equipadas com *pila* (para arremesso logo na fase do contacto com o adversário) e tinham no gládio curto de dois gumes (e não na lança comprida) a sua principal arma, não se trata já de um modelo pensado para o choque entre formações cerradas, à maneira dos hoplitas, mas sim para combates individuais, corpo a corpo, muito duros, envolvendo os *hastati* e os *principes*. Estas duas linhas mais avançadas tinham uma função eminentemente ofensiva e, graças aos seus manípulos, podiam revezar-se, apoiar-se mutuamente e preencher os vazios que surgissem em resultado das baixas sofridas nas primeiras filas. Portanto, enquanto os Gregos do período clássico escolheram a ação coletiva, os Romanos, na fase da reforma manipular, optaram pela revalorização do combate individual (embora com os homens próximos uns dos outros e longe dos cenários de Hollywood!), pelo menos no que diz respeito à ação das linhas mais adiantadas. Quando estas soçobravam, entravam em cena os *triarii*, guardados para os momentos críticos, os quais, munidos de lanças compridas, garantiam abrigo aos sobreviventes das primeiras linhas e, depois, cerravam fileiras defensivamente. Deste modo, e como observou Brizzi (2004 51), que aqui seguimos, acabaram por ser os *triarii* a assegurar a sobrevivência (parcial) da falange no seio da legião!

Nesta altura (sécs. IV e III a.C.), os exércitos consulares romanos eram geralmente compostos por duas legiões, em princípio acompanhadas por um número equivalente de tropas auxiliares, com a particularidade de estas últimas terem mais cavalaria do que as tropas legionárias (450 cavaleiros em cada “ala” de auxiliares, contra 300 em cada legião). Contas feitas, um cônsul desta época conduziria perto de 16 800 infantas (incluindo os *velites*) e 1500 cavaleiros. Roma dispunha agora de um exército versátil e mais adaptado ao combate, quer em terrenos planos quer em zonas montanhosas, graças à existência de unidades internas mais pequenas e coerentes (manípulos, centúrias, *uexillationes*, isto é, *destacamentos*) que se podiam separar pontualmente do conjunto e cumprir de forma eficaz tarefas pontuais com elevado grau de autonomia, no decurso de uma batalha campal ou mesmo noutro contexto.

Poucos anos após o termo das Guerras Samnitas (290 a.C.), Roma teve de enfrentar um novo desafio: a guerra contra Pirro, rei do Épiro, que acorreu à Península Itálica em socorro da cidade grega de Tarento. Este conflito, que durou de 280 a 275 a.C., também já foi analisado no primeiro volume desta obra. Vale a pena acrescentar que ele colocou pela primeira vez frente a frente um exército romano e um exército de matriz helenística, pondo claramente a nu as fragilidades da legião manipular romana, derrotada por Pirro em Heracleia (no rio Síris, em 280 a.C., com cerca de sete mil baixas) e em Ásculo (no ano seguinte, com perto de seis mil mortos). Contra a falange de tipo macedónico

utilizada por Pirro, um general bastante destro na aplicação da manobra envolvente helenística genialmente desenvolvida por Alexandre Magno, os Romanos sentiram imensas dificuldades em reagir e atacar com êxito, limitando-se a repetir de forma algo mecânica as cargas corajosas da sua infantaria avançada, que tendia porém a espetar-se na floresta de piques longos organizada pela peonagem epirota. Além disso, Pirro fazia-se acompanhar de boa cavalaria (importantíssima para a execução dos envolvimentos laterais e para desferir o golpe final) e até trouxera da Índia os primeiros elefantes que pisaram os campos de batalha italianos (Brizzi 2004 67-70)!

Assim, os primeiros duelos entre a legião romana e a falange helenística foram particularmente dramáticos. Plutarco (*Pyrrh.* 21) regista como era desigual a luta entre o gládio e a sarissa (a lança comprida helenística), mas também é preciso dizer que os *pila* arremessados pelos legionários das primeiras linhas constituíam uma terrível ameaça às forças epirotas, obrigando Pirro a intercalar arqueiros e dardeiros italianos entre os elefantes e defendendo a falange. Os exércitos helenísticos, aliás, nunca tinham combatido uma infantaria pesada com armas de arremesso, e o grande general do Epiro fez os possíveis por criar um espaço livre para proteger dos mísseis a sua preciosa falange. Contudo, não conseguiu evitar a ocorrência de muitas baixas no seio do seu exército, mesmo nos combates em que levou a melhor, o que o terá levado a desabafar depois do triunfo de Ásculo que “se obtivermos outra vitória [assim] sobre os Romanos, estaremos completamente perdidos” (Plu. *Pyrrh.* 21: eis a famosa “vitória de Pirro”)... Por isso, e também devido ao insucesso da sua campanha na Sicília (em 278-276 a.C.), em que perdeu muita gente (em especial no combate naval do Estreito de Messina, onde ficou sem muitos falangistas impossíveis de substituir), Pirro acabou por perder a guerra, sendo derrotado na batalha final de Malvento/Benevento, em 275 a.C., mais por esgotamento de recursos e por se ter retirado antes de os dois cônsules (Dentato e Lântulo) juntarem as suas forças do que por mérito da legião manipular. Nessa altura, o exército de Pirro já nem era bem uma falange macedónica, mas mais uma hoste heterogénea, repleta de itálicos pouco empenhados e pouco sabedores da guerra. Nada que pudesse esconder a vulnerabilidade do novo modelo tático romano e evitar a ocorrência de novas mudanças.

Tais alterações surgiram na sequência das Guerras Púnicas, iniciadas logo em 264 a.C. e que, a meu ver, constituíram um dos episódios mais relevantes e de maior repercussão (a todos os níveis) da história da República romana. Já escrevi sobre este assunto no primeiro volume desta obra e não me quero repetir. Vou, isso sim, assinalar as enormes consequências militares que o arastado conflito (durou até 146 a.C.) entre Roma e Cartago acarretou, referenciando o novo modelo militar que dele brotou, sobretudo em resultado das reformas geniais introduzidas por Cipião “o Africano”. Estas surgiram, em especial, na sequência da tremenda derrota sofrida pelas oito (!) legiões manipulares romanas (cada cônsul conduziu nesse dia fatídico, excecionalmente,

quatro legiões) na célebre batalha de Canas (em 216 a.C.), mas também em consequência das lições recebidas na dura guerra que Cipião travou na Península Ibérica, pouco antes da desforra de Zama (202 a.C.) contra Aníbal Barca.

Logo na sequência da Primeira Guerra Púnica, travada quase exclusivamente na Sicília e nas suas águas envolventes, Roma viu-se forçada a criar a sua própria marinha, sem a qual não teria qualquer possibilidade de derrotar Cartago, para mais numa disputa insular. Isto bastaria, só por si, para documentar a importância, a longo prazo, das Guerras Púnicas na história militar romana, pois foi muito graças a essa marinha que Roma pôde dominar o Mediterrâneo nos séculos que se seguiram.

Para além disso, o terramoto provocado pela invasão da Península Itálica por Aníbal Barca e os sucessivos êxitos por este averbados em 218 e 217 a.C. (rio Ticino, Trébia, lago Trasimeno, *ager Falernus*) conduziram os Romanos a uma inversão muito curiosa na sua maneira de encarar a forma de fazer a guerra: como observou Giovanni Brizzi (2004 15-21 e 52-62), no mundo grego, a *metis* (a *prudência hábil*, a *astúcia*) era tanto ou mais valorizada do que a *arete* ou *andreia* (a *coragem viril*), de tal modo que se atribuiu a Lisandro (general espartano de c. 435-395 a.C.) o conselho “sempre que a pele do leão não for suficiente, então devemos coser-lhe uma pele de raposa” (Plu. *Lys.* 6), o que tornava o herói grego numa espécie de “herói dual” que combinava a força bruta e a bravura de Diomedes com a astúcia de Ulisses; pelo contrário, os Romanos desprezavam o ardil, o estratagema e preferiam vencer as guerras pela força dos seus homens e das respetivas armas. Segundo Plutarco (*Marc.* 22), em Roma, os que venciam com muito sangue tinham direito a sacrificar um boi (em Esparta: um galo), enquanto os que conseguiam a vitória sem combate (o supremo objetivo da astúcia) sacrificavam apenas uma ovelha (em Esparta: um boi)...

Talvez Plutarco tenha distorcido um pouco a realidade, mas parece seguro afirmar que os Romanos, até às Guerras Púnicas e de uma maneira geral, repudiavam a *metis*, que se opunha a um valor nuclear da romanidade: a *fides* (Rocha Pereira 2009 332-338), divinizada por Numa Pompílio, que a tradição apresenta como o segundo rei de Roma e grande reformador religioso (m. 672 a.C.). A deusa *Fides* exigia honra e obrigação, valores que, aplicados à luta armada e aos chefes militares, pressupunham a existência de declarações prévias de guerra, o direito à rendição dos vencidos, etc. Para os Romanos, uma guerra contra um inimigo justo e leal não podia ser ardilosa e traiçoeira (e talvez por isso Papírio Carbão tenha invetivado muito mais tarde Sula por este possuir uma alma dupla: de leão e de raposa). Era preferível lutar cara a cara, sem armadilhas, segundo os ritos próprios de uma guerra justa, porque isso salvaguardava a própria *fides*, que constituiu um alicerce da sociedade itálica primitiva (antes mesmo das cidades, das leis e dos tratados). A *fides* configurou uma espécie de código de honra entre dois homens nobres e tornar-se-ia depois a base do direito primitivo entre os povos, aplicando-se primeiro às comunidades mais próximas (Latinos,

Etruscos, Campanianos) e alargando-se depois aos Samnitas e às restantes comunidades reconhecidas por Roma. O desrespeito da *fides* por algum adversário tornava uma guerra justa em *latrocinium* (e, neste cenário, já poderia haver lugar a entorses aos bons princípios da lealdade e, portanto, recurso ao ardid, como sucedeu na guerra contra os Celtas, mas só em casos excepcionais e muito repugnantes). Em síntese, em Roma havia muito mais resistência à guerra ardilosa do que no mundo grego, e talvez não seja por acaso que não existe em latim um correspondente próprio do termo grego *strategema*...

Ora, a guerra anibálica veio alterar substancialmente este panorama, permitindo uma ‘interpretação positiva’ do conceito de “estratagem”. Com Fábio Máximo, cônsul romano do tempo da Segunda Guerra Púnica, Roma recorreu, entre os desastres que recordei atrás e a terrível derrota de Canas, a uma tática de contenção que foi acompanhada não só pela renovação dos ritos religiosos como por uma transformação da mentalidade guerreira, no sentido da sua aproximação aos padrões helênicos. Esta mudança passou pela associação de uma *mens* (*razão*) troiana encarnada por Eneias (o filho de Vénus considerado antecessor do povo romano) à velha *fides* romana, gerando-se assim um antídoto eficiente contra a astúcia (também ela de origem grega) própria dos Cartagineses, que eram aliás famosos pelas suas manhas de guerra. Deste modo se caminhou no sentido de uma *nova sapientia* romana na guerra, que acabaria por ter um largo futuro, fazendo com que, pelo menos a partir do segundo quartel do séc. II a.C., os Romanos se mostrassem arrogantes na guerra e capazes de nela utilizar a *metis* de uma forma até mais intensa e cruel do que os Gregos, privilegiando a utilidade em detrimento da honestidade de processos e, como se vê no poeta Horácio (o autor lírico e satírico falecido em Roma no ano 8 a.C.), apresentando agora Ulisses como símbolo da sabedoria na guerra, despidido de quaisquer conotações negativas (Vernant 1974 *passim*).

Este novo enquadramento (marinha, valorização dos estratagemas de guerra) ajuda muito a inserir a figura de Cipião “o Africano”, que combateu ainda muito jovem no rio Ticino e em Canas e que acompanhou o enorme esforço da República para, depois da humilhação sofrida nesta última batalha, recuperar o exército de Roma recorrendo às suas imensas reservas de homens. O recrutamento e a formação foram melhorados graças à introdução de exercícios com armas, de novas manobras, de melhor treino físico, e começou a ser dada prioridade aos melhores generais, que viram prorrogados os seus comandos. O medo de enfrentar uma vez mais Aníbal em campo aberto reforçou a preferência por uma guerra de desgaste, em que a revalorização do conceito de “estratagem” ganhou especial sentido. Isto deu tempo e espaço a Públio Cornélio Cipião para assimilar as lições da guerra anibálica. Fê-lo sobretudo na Hispânia, onde comandou o exército romano em ensaios muito promissores, como nas batalhas de Bécula (em 208 a.C.) e de Ilipa (em 207 a.C.), mas também no Norte de África, onde, no combate de *Campi magni* (também conhecido por acampamento das Grandes Planícies), em 203 a.C., terá produzido a sua obra-prima.

A Península Ibérica, onde os Romanos só intervieram de forma continuada a partir das Guerras Púnicas, justamente porque era aqui que a família cartaginesa dos Barca tinha o seu centro de poder, revelou-se desde muito cedo um tremendo desafio. Uma orografia ingrata, um clima que alternava entre um calor sufocante e um frio capaz de gelar os legionários nos acampamentos de inverno, a falta de estradas e de comunicações internas, as dificuldades de abastecimento e de alojamento condigno (havia poucas cidades grandes), a disseminação fácil de doenças como a disenteria, tudo isso aumentava as dificuldades dos Romanos. Por outro lado, os Hispânicos (Iberos, Celtiberos, Lusitanos) eram excelentes homens de armas, praticando em especial uma guerrilha (talvez um termo de origem hispânica!) muito eficaz, o que fez com que os Romanos tivessem perdido na região, ao longo do tempo, diversas dezenas de milhares de homens, quase sempre em pequenas escaramuças (Brizzi 2004 148).

Convém explicar que os Hispânicos combatiam com escudos pequenos de vime (*caetra*), usavam o gládio curto ou a falcata (uma espécie de sabre, extremamente letal), possivelmente também lanças de choque e, defensivamente, estavam equipados com armamento ligeiro, à maneira dos peltastas gregos. Como armas de arremesso, dispunham de dardos longos de ferro (o *soliferrum*), de lanças com estopa e pez incorporados, para provocar incêndios (a *falarica*), e de boas fundas. Do ponto de vista tático, preferiam as emboscadas e os golpes de mão, não desconhecendo também o estratagema das fugas simuladas, como bem se viu no tempo de Viriato, o líder histórico dos Lusitanos, assassinado traiçoeiramente pelos Romanos (definitivamente rendidos à *metis*) em 139 a.C.. No caso dos Celtiberos, podemos acrescentar que tinham uma ótima infantaria pesada (equipada com cascos, cotas de malha e excelentes espadas) e que dispunham de uma excelente cavalaria, proporcionada pelos bons cavalos ibéricos que tanto impressionaram Plínio.

Não era fácil lidar com tais adversários, que além do mais defendiam o seu território com extrema abnegação e que dominavam bem o terreno e todas as variáveis envolventes. Para evitar os golpes à distância, os Romanos integraram arqueiros e fundibulários entre as fileiras das suas centúrias, visando formar uma espécie de *barrage*. Além disso, mostraram pontualmente tendência para subdividirem a legião em pequenas unidades capazes de se aventurarem e de manterem o adversário sob uma pressão permanente. Mas dificilmente poderiam ser bem-sucedidos num teatro de guerra deste género, e contra tais adversários, se não dispusessem de boa cavalaria indígena aliada, que reforçaram com cavalaria nómada (norte-africana), com infantaria ligeira africana, com dardeiros e até com elefantes que foram buscar ao Norte de África.

Foi neste cenário global que Cipião “o Africano” – que atuou na Península Ibérica, com *imperium* proconsular, entre 210 e 205 a.C. (Goldsworthy 2007 57-87) – terá introduzido uma alteração decisiva na estrutura das legiões romanas. Trata-se da invenção da *cohors* (a *coorte*), um esquadrão de 480 homens resultante do agrupamento de 3 manípulos de 160 soldados, cada qual com

duas centúrias (nesta altura, as centúrias deviam já contar com 80 homens) e conservando no seu escalonamento em profundidade as velhas designações de *hastati*, *principes* e *triarii*. As coortes (em princípio havia dez em cada legião, distribuídas por três linhas na hora da batalha) tornaram-se a unidade referencial do exército romano. Tinham a vantagem de serem unidades mais robustas do que os antigos manípulos, o que lhes permitia aguentar bem os ataques em cunha dos Celtiberos, mas, ao mesmo tempo, sendo estruturas muito menos pesadas do que uma legião completa, também podiam executar ações autónomas eficazes na guerrilha e na montanha, sem por isso suscitarem problemas graves de abastecimento. Brizzi (2004 154) admite a hipótese de a coorte ter sido concebida como uma solução provisória, mas a verdade é que o sistema resultou de tal maneira bem que acabou por se impor durante muito tempo, ao ponto de, nos séculos I e II d.C., as legiões a ele terem recorrido sistematicamente contra os bárbaros do Centro da Europa.

Curiosamente, o modelo da coorte significou não só o abandono da legião manipular, mas também um retorno à formação em ordem cerrada, fazendo com que as primeiras linhas (*hastati*) fossem equipadas com lanças longas – uma saída prudente contra guerreiros ibéricos que eram bons no manejo da espada curta, mas que revelavam muitas fragilidades do ponto de vista tático. Claro que este novo sistema implicava muito treino, para aumentar a possibilidade de sobrevivência dos legionários, quer no corpo a corpo quer no combate em formação compacta, mas revelou-se um antídoto eficaz contra o ardor guerreiro dos Hispânicos (e também dos Cimbrós e dos Germanos), conseguindo travar os respetivos assaltos graças a formações densas mas que, ao mesmo tempo, preservavam um grau de flexibilidade muito maior do que a falange antiga, na qual só já longinquamente se inspiravam. Com o modelo da legião de coortes atingia-se, no Ocidente, um ponto de equilíbrio ótimo entre formação cerrada e formação flexível, numa época em que, no Mediterrâneo oriental, a velha legião manipular, que enfrentava outro género de adversários, continuava a dar cartas, sobretudo em ações mais ofensivas e mais ligadas à coragem individual.

O génio de Cipião “o Africano” materializou-se ainda em algumas inovações táticas. Em Ilipa, por exemplo (em 207 ou 206 a.C.), quando derrotou Asdrúbal Giscão e travou com isso as ambições cartaginesas na Península Ibérica, Cipião mudou o seu dispositivo tático à última da hora, colocando os seus melhores homens (os legionários) nas alas e retendo o centro (composto por aliados hispânicos), perante um adversário atónito e que não teve capacidade para reagir a esta alteração dos hábitos militares romanos. Mais tarde, no acampamento das Grandes Planícies (em 203 a.C.), contra o rei Sifax da Numídia e Asdrúbal (filho de Giscão), Cipião reinventaria a manobra envolvente helenística (que Aníbal Barca tão bem adaptara ao exército púnico na batalha de Canas), reformulando por completo o papel da terceira linha: os *triarii* deixaram de ser uma tropa de choque guardada como reserva até à fase crítica do combate e tornaram-se unidades táticas independentes, equipadas como os legionários das segundas

linhas (os *principes*); tal como estes, e enquanto as primeiras linhas (os *hastati*) aguentavam o impacto do choque, avançando e recuando, os *triarii* podiam deslocar-se para uma faixa lateral do terreno e, juntamente com os *principes*, executavam a ‘manobra da tenaz’, envolvendo e comprimindo os inimigos. Ou seja, Cipião encontrou em *Campi magni* uma solução tática que permitia às legiões, por si sós, executar a fatídica manobra envolvente, mesmo que não dispusessem de boa tropa montada para as completar nos flancos! Tratava-se de uma nova e fantástica receita tática, que fazia as legiões depender menos do terreno e do contributo da cavalaria, e que aumentava por isso a sua capacidade de manobra (Brizzi 2004 108-113).

Graças ao sólido sistema das coortes e às suas versáteis soluções de subdivisão interna, as legiões romanas haviam-se tornado mais elásticas e ficaram em ótimas condições para enfrentar novos desafios, viessem eles dos temíveis Cimbros e Teutões ou das falanges dos exércitos helenísticos (recordem-se as batalhas de Cinoscéfalos, em 197 a.C., de Magnésia, em 190 ou 189 a.C., e de Pidna, em 168 a.C., durante as chamadas Guerras Macedónicas): os manípulos permitiam revezar as linhas que enfrentavam as falanges, a legião conseguia recuar sem perder o contacto e cobrir lacunas pontuais, enquanto as salvas de *pila* desestabilizavam e retardavam o avanço da floresta de sarissas; ao mesmo tempo, graças à revisão cipiónica do papel dos *triarii*, as segundas e terceiras linhas podiam agora deslocar-se para os flancos e encerrar a falange numa espécie de torno, otimizando a maior capacidade dos legionários no combate corpo a corpo que inevitavelmente se seguia. De tudo isto nos deu detalhadamente conta Políbio (18.28-32), num célebre passo em que põe um ponto final na discussão entre os adeptos da velha falange helenística (que, de resto, estava a desvirtuar a sua matriz original, graças à progressiva desvalorização da cavalaria) e os partidários da (renovada) legião romana.

Depois de Cipião “o Africano”, o momento principal de renovação do exército romano surgiu com Mário, o *homo novus* que foi sete vezes cônsul. Ele não só consolidou o sistema das coortes, o que lhe assegurou a vitória sobre os Teutões e sobre os Cimbros (batalhas de *Aquae Sextiae* e de Vercelas, em 102 e 101 a.C., respetivamente), como, em grande medida por causa das exigências suscitadas pela guerra que conduziu no Norte de África contra Jugurta, rei da Numídia (112-105 a.C.), introduziu uma modificação essencial no recrutamento militar: Mário abriu o ingresso nas legiões aos proletários (os *capite censi*), transformando o recrutamento tradicional em voluntariado e resolvendo dessa forma o problema da falta de soldados da República. Isto compensou a redução do número dos *adsidui* (os proprietários aptos a serem alistados) e também a nítida perda de afeto pelo serviço militar, sobretudo quando este se arrastava durante muito tempo, circunstância que, em 129 a.C., obrigara até o Senado a baixar a fasquia da 5.^a classe, de 4000 para 1500 asses.

Com aquela medida, podemos dizer que Mário ‘profissionalizou’ o exército romano, que na velha tradição republicana se compunha de soldados que eram

desmobilizados no final de cada campanha, podendo mais tarde vir a ser de novo incorporados, desde que não tivessem mais de 46 anos de idade e até um limite máximo de 16 anos de serviço militar (ou 10, no caso da cavalaria) ao longo da vida. Ou seja, Mário assegurou continuidade de instrução, acumulação de experiência, estabilidade e carreiras longas. Isto permitiu também intensificar os níveis de treino, tal como o modelo das coortes exigia, sabendo-se a este respeito que Mário recorreu a lanistas (os mestres que instruíam os gladiadores) para assegurar um melhor desempenho legionário no combate individual. Além disso, o famoso cônsul procedeu a uma reforma minuciosa do exército, desde o transporte de bagagens (a cargo dos próprios legionários: as famosas “mulas de Mário”) aos cuidados com o frágil escudo oval (agora guardado em estojo de couro), passando pelas insígnias das legiões, onde se generalizou o símbolo da águia. Mas Mário está também ligado a uma modificação curiosa e muita astuta no armamento ofensivo: a reformulação do *pilum*, onde foi eliminado o bolbo do punho e substituído um dos dois orifícios de encabamento do ferro na haste de madeira por um rebite que quebrava no momento do impacto, o que levava a haste a encurvar-se sobre o outro ferro, tornando o *pilum* impossível de reutilizar pelo adversário (que por vezes não conseguia sequer arrancá-lo do seu escudo, sendo obrigado a abandonar esta proteção essencial!).

Na época de Mário, já tinham terminado as Guerras Púnicas (146 a.C.), que todavia tinham deixado uma marca devastadora na paisagem itálica: mais de 200 000 mortos e desaparecidos, imensos equipamentos produtivos destruídos, populações e planícies devastadas (em especial no sul, onde Aníbal Barca atuara durante mais de uma dúzia de anos), deportações em massa (consequência também de cerca de 400 cidades itálicas terem apoiado Aníbal ou terem sido tomadas por ele, vindo a ser reocupadas pelos Romanos à custa de muita destruição, assaltos e saques), etc. As Guerras Púnicas tinham, além disso, feito renascer as velhas clivagens étnicas (p. ex., nos Apeninos do Centro e do Sul) e tinham provocado uma espécie de ‘histeria defensiva’ em Roma (Canali 2008 23-41; Brizzi 2004 163), profundamente traumatizada pela guerra anibálica e receosa de um novo conflito, desta feita com as potências gregas do leste (Macedónia, Síria...). Isto é essencial para compreendermos a afirmação do militarismo romano (no fundo, uma resposta a essa psicose belicista e uma forma de aplicação da velha divisa, cara ao mundo grego: *qui desiderat pacem praeparet bellum*, isto é, *quem desejar a paz, que prepare a guerra*: Vegécio 3.1 *Prólogo*) e também para entendermos o investimento que o Senado romano se dispôs a fazer na sua máquina militar durante o derradeiro século de vida da República.

Mário foi um bom intérprete desse investimento, mas algumas das medidas que tomou (p. ex., a abertura das legiões aos proletários) tiveram um efeito colateral muito perturbador: a criação de enormes massas de soldados veteranos, desmobilizados, que exigiam terra ou outro rendimento para sobreviverem; e a excessiva ligação dos soldados aos seus generais (em particular aos mais bem-sucedidos),

com receio de perderem o seu ganha-pão, o que potenciou, no ambiente de sucessivas guerras civis de que Roma foi palco entre 150 e 30 a.C., a existência de verdadeiros exércitos privados mais dispostos a servirem o seu líder do que propriamente a República...

Mário (falecido em 86 a.C.) ficou também conhecido pelos seus conflitos político-militares com Lúcio Cornélio Sula, o ditador que acabaria por se impor em Roma entre 83 e 81 a.C.. A Sula se pode ter ficado a dever o recurso a estrepes ou abrolhos (defesas acessórias compostas por quatro hastes de ferro aguçadas nas pontas, uma das quais ficava sempre em posição quase vertical, quando atirado o dispositivo para o terreno), ótimos para travar as arrancadas da cavalaria adversária; mas, mais importante do que isso, também se lhe atribui o recurso intencional e planificado a reservas táticas (p. ex., em Queroneia, com os efetivos de Galba e de Hortêncio contra o rei do Ponto, Mitridates), algo que 'faria escola' no modelo militar romano (e não só).

Depois da morte de Sula, a agitação apoderou-se novamente de Roma, acabando por conduzir ao "Primeiro Triunvirato", formado por Pompeio, Júlio César e Crasso. Este último teve um papel militar muito discreto, mas, curiosamente, acabou por ficar indiretamente ligado a um novo salto qualitativo da máquina militar romana. É que Crasso morreu em Carras, em 53 a.C., na sequência de um combate frente aos Partos Arsácidas que pôs a nu algumas vulnerabilidades do equipamento legionário. A Pártia era uma espécie de "Roma do Oriente", como sugeriu Brizzi (2004 196), e tinha um poder militar nada despreciando, assente numa excelente cavalaria pesada de catafractários (couraçados) armados com lança, formada pela elite aristocrática local. A ela se somavam unidades cada vez mais numerosas de arqueiros a cavalo (os *hippotoxotai*) oriundos da pequena nobreza e especialistas na arte de cavalgar (conseguiram fazer um autêntico 'carrocel' à volta dos seus adversários) e no manejo do arco (recorde-se a famosa "flecha do Parto", disparada para trás, durante uma fuga a cavalo!). Os arqueiros partos utilizavam um arco composto, talvez originário das estepes, feito de madeira mas revestido externamente por feixes de tendões, o que lhe permitia resistir à tração; por dentro, estes arcos curtos, de curvatura dupla (quando não encordoados, ficavam dobrados no sentido inverso ao da tração), eram forrados com lamelas de corno para suportar melhor a compressão; depois, o conjunto era fixado com cola e consolidado com tendões animais, sendo finalmente revestido com laca ou verniz.

Em batalha, os arqueiros partos formavam uma cortina de proteção aos catafractários, graças a uma nuvem de flechas que disparavam enquanto estes avançavam a passo ou a trote lento. Depois, num momento convencional e a uma distância propícia do adversário, o cortinado abria e a cavalaria carregava, equipada com as suas couraças de lamelas ou de escamas cosidas sobre um suporte de couro (ou então com cotas de malha de bronze ou de ferro) e empunhando uma lança longa, uma espada fixada ao flanco e, por vezes, uma acha de armas ou uma maça de ferro. Apesar de os cavaleiros não disporem ainda

de estribos, mantinham-se confortavelmente nas suas montadas graças a arções altos e salientes, que os ‘encaixavam’ perfeitamente nas selas e lhes permitiam imprimir bastante velocidade aos cavalos, sem recear o impacto no momento do choque. As lanças podiam ser usadas com uma ou mesmo com as duas mãos, e podiam ser fixadas ao pescoço do cavalo e ao lombo, de maneira a aliviar o coice de ressaltos ou a servir de suporte durante a corrida. Geralmente, a carga era executada em grupo, em formação tão cerrada que os cavaleiros quase se roçavam pelo cotovelo (Brizzi 2004 200-203)!

A “tática dupla” dos Partos (Luttwak 1979 343), combinando tiro com arco e carga a cavalo, revelou-se extremamente eficiente e, em Carras, Marco Licínio Crasso, que tinha preparado mal a sua campanha e que subvalorizou o inimigo (reconhecidamente fraco na poliorcética e incapaz de suportar campanhas prolongadas), não encontrou antídoto para ela: desgastada pelos arqueiros (cujas flechas dispunham de pontas de secção triangular ou quadrangular, capazes de penetrar os escudos ou as couraças dos Romanos), a formação romana procurou ganhar tempo com uma manobra dilatária (carga de um comando de cavalaria liderado pelo filho de Crasso, que se despedaçou numa perseguição imprudente) de modo a conseguir inverter o dispositivo tradicional e formar a célebre ‘tartaruga’; depois, receando talvez o colapso moral das suas tropas (a quem os adversários exibiram a cabeça empalada do jovem Crasso, Marco Licínio optou por lançar as coortes pela planície, em formação pouco cerrada e pouco profunda, tornando-a presa fácil dos cavaleiros couraçados inimigos. Durante a noite que se seguiu, Crasso seria entregue pelos seus próprios homens ao líder Arsácida (Surena) e executado, enquanto o remanescente das tropas romanas debandava como podia, sendo na sua maioria chacinado durante a perseguição. Pela primeira vez, um exército romano disposto *in acie* soçobrava sem combater até final, desagregando-se por incapacidade psicológica e afundamento moral (Brizzi 2004 203-214)!

A memória do desastre de Carras conduziu a uma renovação do armamento romano, devendo destacar-se duas novidades que seriam consolidadas durante a primeira dinastia imperial (a dos Júlios-Cláudios). Por um lado, foi introduzido um novo *pilum*, com um ferro muito mais resistente e uma esfera de chumbo, que garantiam um peso e uma força de penetração muito mais profundos, o que lhes permitia serem letais contra os próprios cavaleiros catáfractários. Por outro, a partir do segundo quartel do séc. I d.C. (se não mesmo antes), surgiu um novo tipo de lorica, conhecido como *lorica segmentata*, composta por fortes lamelas articuladas. Esta última peça (de que se conhecem sobretudo exemplos precoces para o Ocidente, talvez porque esta região tem sido mais estudada) era menos maleável e cómoda do que as lorigas tradicionais (a *lorica hamata*, provavelmente gaulesa e semelhante às lorigas medievais, e a *lorica squamata*, de escamas), mas dispunha de grandes vantagens: era mais curta (terminando na cintura e deixando os braços livres), era mais leve (pesava cerca de 9 kg, em vez de 12 a 15 kgs) e era mais fácil de fabricar e de

transportar (a justaposição de lamelas permitia que se dobrasse como uma concertina). Além disso, as suas placas de pelo menos um milímetro de espessura (parte delas sobrepostas) conferiam uma proteção mais robusta: contra a *lorica segmentata*, só as máquinas de guerra da Antiguidade podiam ser bem-sucedidas. Nesse sentido, esta nova peça do equipamento militar romano constituiu uma excelente resposta às temíveis “flechas dos Partos”...

Desaparecido Crasso, o Triunvirato ficou reduzido a Pompeio e a Júlio César, que depressa entraram numa guerra mortal. Pompeio foi decerto um general muito competente, mas foi do lado de César que acabaram por vir os principais reforços da máquina militar romana. Não que ele tenha sido um grande inovador tático, coisa que ele de facto não foi, apesar da sua forte cultura literária no domínio militar e de alguns improvisos brilhantes em batalhas como Bibracte (em 58 a.C., contra os Helvécios, onde aperfeiçoou o recurso a reservas táticas estimulado por Sula) ou em Farsalo (em 48 a.C., onde surpreendeu os pompeianos com um movimento imprevisto de uma quarta *acies* colocada dissimuladamente por detrás da sua escassa cavalaria). O contributo de César para o reforço da máquina militar romana passa muito mais por outros aspetos, relacionados com a estratégia, com a logística e com a organização militares (Le Bohec 2001 *passim*): antes do mais, e isto foi importantíssimo, ele criou uma cadeia de comando que valorizou de forma inédita os quadros intermédios, como bem se percebe pela leitura dos seus *Comentários sobre a Guerra da Gália*, onde os heróis são quase sempre os centuriões, e não os legados senatoriais. César – que assim podia comandar o seu dispositivo a partir de uma posição mais recuada no campo de batalha, com melhor visão de conjunto – escolhia criteriosamente os seus oficiais, treinava intensamente as suas tropas e tinha com os seus homens uma relação de camaradagem e de partilha difícil de imitar. Também por isso, os serviços das suas legiões eram completos e eficientes, como se percebe pela qualidade da sua engenharia militar, que (muito por influência de Vitruvius Polião, o melhor engenheiro desta época) operou verdadeiros milagres: a construção rapidíssima da famosa ponte sobre o rio Reno; a organização, na batalha do Aisne (em 57 a.C.), de dois fossos laterais virados para o inimigo e protegidos na frente por artilharia, para prevenir qualquer tentativa de envolvimento por parte dos Belgas; ou a célebre circunvalação de Alésia, no cerco que conduziria à aniquilação dos Gauleses de Vercingetorige, em 52 a.C..

Além disso, César mostrou-se um excelente estratega e planificador militar: acautelou de forma quase sempre sábia a questão vital do abastecimento; cuidou com muita atenção e prudência das suas colunas de marcha e da escolha dos respetivos itinerários; e recorreu como ninguém à arma da velocidade (a palavra *celeritas* consta até do seu próprio brasão) para surpreender os adversários. Quando os inimigos lhe ofereciam diversas frentes de luta (como sucedeu na Gália ou, mais tarde, na guerra civil contra os pompeianos), César optou quase sempre por atacar primeiro o coração do dispositivo contrário para, logo a

seguir, aniquilar os centros de resistência periféricos, antes mesmo de os inimigos conseguirem coordenar as suas ações.

Neste género de *Blitzkrieg* bem planeada, o futuro ditador soube adaptar-se às circunstâncias táticas e reconhecer as limitações das suas hostes; para compensar as restrições em cavalaria, alistou forças montadas germânicas, gaulesas, hispânicas e núbidas, que lhe garantiram vitórias importantes (por exemplo, em Alésia). Confrontado com a guerrilha gaulesa, César soube encontrar medidas para a contrariar, rasgando vastas zonas abertas em torno de estabelecimentos fixos e disseminando nelas troncos de árvore para assim avistar com mais tempo os adversários e atrapalhar a sua progressão, dando possibilidade às suas guarnições de organizarem a respetiva defesa; investiu mesmo em ações de contra-guerrilha para destruir a região inimiga (gado, colheitas, grãos, habitações), lançando a fome e a descrença (Brizzi 2008 28).

César foi, de resto, um mestre dos *mind games* de guerra, por exemplo quando oferecia aos Gauleses os bens dos insurretos (fazendo saber em toda a parte que considerava legítimo o saque nos territórios deles), ou quando perdoava a inimigos poderosos que conseguia depois ganhar para a sua causa, ou ainda quando cuidava de assegurar que os corpos de recrutas do seu exército fossem sempre colocados ao lado de unidades experientes, que assim os enquadravam e estimulavam para obterem em conjunto a vitória. O general calvo da célebre capa vermelha sabia tirar o melhor partido possível das suas forças e dos homens que comandava, e as suas legiões atingiram um nível de excelência invulgar porque ele se mostrou muitíssimo competente e organizado em todas as valências da arte da guerra. Consolidou mais do que inovou (por exemplo, reforçou o modelo das coortes, que Cipião criara na Hispânia e que Mário desenvolvera), mas, ainda assim, é possível que tenha sido no seu tempo que foi concebido na Gália um novo *pilum*, com um segmento da ponta fabricado em metal brando, que dobrava no momento do impacto. Exemplo de uma simbiose perfeita entre *honor et virtus*, fundamento da ética republicana, César foi um general completo, mas nele brilhou mais o lado do estrategista do que o do tático, até porque considerava a guerra sobretudo como um meio para triunfar na política. Como resumiu Le Bohec (2001 480), em César “procurámos um militar e acabámos por achar um político”... Ainda assim, embora erguida sobre o mesmo modelo, a máquina militar que ele deixou ao seu sobrinho-neto e herdeiro oficial, Otávio Augusto, estava muitíssimo mais oleada do que aquela que o ditador herdara dos seus antecessores.

O assassinato de Júlio César, em 44 a.C., abriu um novo período de guerra civil em Roma, com um “Segundo Triunvirato” e uma guerra final entre Otávio Augusto e Marco António. Na batalha naval de Áccio, em 31 a.C., António e Cleópatra foram vencidos, vindo a suicidar-se no ano seguinte. Augusto iniciou então a sua extraordinária obra de conversão de uma República exangue num Império florescente e dominador. O aperfeiçoamento da máquina militar romana fez parte desse projeto.

Desde logo, Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) procurou resolver os graves problemas abertos pela profissionalização do exército decorrente das reformas de Mário: criou o *aerarium militare*, um fundo possibilitado pela cobrança de 1% das vendas públicas, de 4% das vendas de escravos, de 5% das doações testamentárias superiores a um determinado valor e de 5% da libertação de escravos. Graças a este fundo, os soldados passaram a receber salários regulares com descontos obrigatórios que lhes garantiam, na hora do licenciamento, uma espécie de reforma, paga em dinheiro ou em terra (ou em ambas as modalidades), com a qual se podiam estabelecer em colónias de veteranos (*canabae*), quer como agricultores, quer como pequenos comerciantes; algumas dessas colónias (muitas vezes situadas perto das bases da antiga legião) cresceram de forma tão significativa que deram mais tarde origem a verdadeiros municípios. Além disso, Augusto promoveu um comando supremo centralizado da máquina militar, colocada na direta dependência do imperador, que depois delegava as suas competências, muitas vezes em membros da família imperial (Agripa, Druso, Germânico, Tibério, etc.).

Com estas medidas, o primeiro imperador romano não só assegurou meios de subsistência dignos para os veteranos de guerra, como também garantiu o controlo da máquina militar com base na eficácia e na lealdade dos seus quadros principais, a que agora tinham acesso não só os senadores mas também os cavaleiros. Os melhores soldados e oficiais passaram a poder acalentar a esperança de aceder à ordem equestre, e construíram-se assim muitas carreiras puramente militares. A devoção ao serviço imperial instalou-se ao ponto de se prestar um juramento de fidelidade ao comandante e de se reservar doravante ao príncipe a realização dos *auspicia*.

Em nome da *pax romana* (a única possível, porque desejada pelos deuses de que o imperador era a expressão carnal), Augusto alargou as fronteiras do Império na direção da Península Ibérica, da Récia, da Nórica, dos Alpes e da Ilíria, acabando por fixar o seu limite norte nas fronteiras naturais do Reno e do Danúbio, falhada que foi a conquista de uma região mais setentrional, até ao rio Elba (desastre de Varo em Teutoburgwald, em 9 d.C.). Quando Augusto faleceu, em 14 d.C., o Império tinha praticamente atingido a sua máxima extensão, exceção feita à Bretanha (conquistada por Cláudio em 43 d.C.), à Dácia (atual Roménia, de que Trajano se ocupou perto do ano 100 d.C.) e a algumas conquistas a Oriente (na Mesopotâmia, na Pérsia, na Arménia, na Ibéria do Cáucaso), parte das quais se perdeu pouco depois dos sucessos iniciais.

Vejamus então como se estruturava internamente a máquina militar imperial ao tempo de Augusto e dos seus sucessores do Alto Império (sécs. I e II d.C.). Podemos dizer que havia três grandes tipos de tropas (para o que se segue, veja-se Le Bohec 2002 19-36): as da guarnição de Roma, as que compunham o exército das províncias (fossem elas tropas legionárias ou auxiliares) e as da marinha. No que diz respeito à guarnição de Roma, no tempo dos júlios-cláudios seriam cerca de 10 000 homens, dos quais 4500 (o equivalente a nove

coortes de 500 homens) pertenciam à famosa guarda pretoriana, uma tropa de elite recrutada exclusivamente entre os cidadãos romanos e que era composta por 80% de infantaria e apenas 20% de cavaleiros. O comando da guarda pretoriana, que tinha como símbolo o escorpião, estava atribuído a um (ou a dois) prefeitos do pretório de categoria equestre colocados sob a dependência direta do imperador; os soldados desta unidade de elite serviam apenas durante 16 anos. A guarda pretoriana viria a ser extinta pelo imperador Constantino após a batalha de Ponte Mílvia (em 312 d.C., contra Maxêncio), sendo substituída pelas forças das *scholae palatinae* (cinco unidades de cerca de 500 cavaleiros cada). Além das coortes da guarda pretoriana, a guarnição de Roma (cidade onde Augusto decidira não estacionar muita tropa, designadamente legionária) incluía ainda a guarda pessoal do imperador e algumas forças paramilitares ou de vigilância e policiamento, que garantiam a manutenção da ordem pública e acorriam aos incêndios.

Quanto ao exército das províncias, devia reunir cerca de 250 000 homens, metade legionários, metade tropas auxiliares. Se admitirmos a existência de 25 legiões no tempo de Tibério (como referia Tácito), chegaremos a uma estimativa global de cerca de 125 000 legionários, todos eles cidadãos romanos. É que, como já sabemos, cada legião dispunha de 10 coortes de seis centúrias de 80 homens cada (exceto a primeira coorte, que tinha apenas cinco centúrias, mas com o dobro dos efetivos: 160). Assim, uma legião, no Alto Império, era formada por 5240 homens, dos quais 5120 eram infantes (doravante equipados com o célebre escudo retangular) e apenas 120 eram cavaleiros. A unidade base parece ter sido o *contubernium*, uma grande tenda (feita com 77 peles de cabra, impermeável e pesando perto de 40 kgs) partilhada por oito homens, de tal modo que 10 dessas tendas formavam uma centúria. O comando das legiões pertencia a um legado senatorial, completado por um tribuno *laticlavius* (ou seja, com uma faixa larga de púrpura bordada na sua toga), também ele senador, por um prefeito do acampamento, por cinco tribunos *angusticlavii* (com faixa estreita de púrpura) membros da ordem equestre, por um tribuno *sexmentris* (que se ocupava dos cavaleiros, em turnos semestrais) e por 59 centuriões (um por cada centúria). Os legionários serviam entre 16 e 20 anos e o seu símbolo era a águia de prata. Com o tempo (e o avolumar dos problemas), o número de legiões tendeu a aumentar, embora os efetivos de cada uma tenham diminuído.

As tropas auxiliares completavam o exército provincial, acrescentando-lhe outros 125 000 homens, neste caso recrutados entre a população não cidadã, sobretudo entre os habitantes bárbaros das áreas de fronteira. Um dos atrativos ao alistamento nestas unidades decorria da concessão da cidadania romana na hora da desmobilização. As tropas auxiliares organizavam-se em “alas” de cavalaria (16 ou 24 “turmas” de 32 homens cada, consoante se tratasse da chamada “versão quingenária” ou da “miliária”) ou em coortes de infantaria (6 ou 10 centúrias); mas também havia as coortes *equitatae*, isto é, de composição mista, incluindo cavalaria e infantaria. O comando das tropas auxiliares era

atribuído a prefeitos e a tribunos militares, e os homens serviam durante cerca de 25 anos. Com o tempo, registou-se uma tendência para «a abertura destas forças a cidadãos romanos, a cavaleiros couraçados e até a arqueiros orientais».

Finalmente, a marinha romana reunia perto de 40 000 homens, que também podiam receber a cidadania no final do seu tempo de serviço (26 a 28 anos, o que sugere a menor dignidade deste tipo de tropa). Havia duas grandes frotas: uma estacionada em Miseno (perto de Nápoles, para controlo do Mediterrâneo ocidental; e outra sedeadada em Ravena (para vigilância do Mediterrâneo oriental). Este dispositivo era completado por flotilhas provinciais, que asseguravam o controlo dos grandes rios (ex: Reno, Danúbio) ou de mares periféricos (como o Mar Negro). O comando da marinha romana estava entregue a um prefeito da ordem equestre, havendo supremacia do almirante de Miseno sobre o seu homólogo de Ravena.

Ao todo temos, portanto, cerca de 300 000 soldados ao serviço de Roma (na guarnição da capital, no exército provincial ou na marinha).

Convém ainda acrescentar que, pelo menos a partir do séc. II d.C., e tendo também em conta as más experiências vividas nos teatros de guerra orientais (p. ex., contra arqueiros e catafractários), as legiões estavam equipadas com artilharia reforçada: segundo Flávio Vegécio Renato (o maior tratadista militar latino, que escreve por volta do ano 400 d.C.: 2.25), cada legião dispunha de 55 *carroballistae* (isto é, balistas montadas em carros puxados por azémoas e manejadas por equipas de 11 homens), a uma média aproximada de uma por centúria, e ainda de 10 ónagros, ou seja, um por cada coorte. Estes dados são confirmados pelo relato de Flávio Josefo sobre o cerco romano a Jotapata (67 d.C.): o grande escritor judaico (3.7) afirma que as três legiões de Vespasiano dispunham de 160 máquinas de guerra! Refira-se que a catapulta e a balista (o antepassado gigante da pequena besta medieval, embora ainda munida de dois braços independentes) eram armas de tiro tenso e horizontal que funcionavam por torção de cordas e que disparavam dardos com cerca de 70 centímetros de comprimento a uma distância de 500 metros. Já os ónagros (*onager*, em latim, significa *burro selvagem*) configuravam uma verdadeira artilharia pesada de cerco, correspondendo a uma máquina de arremesso de pedras pelo sistema de torção e que tinha um ressalto violento (ou coice, daí o seu nome latino) no momento em que o seu braço principal embatia com violência numa almofada de palha, projetando no ar, a uma distância de 300 a 600 metros, projéteis de pedra com um peso habitual de 3 a 26 kgs, mas podendo chegar, excepcionalmente, aos 50 ou mais quilogramas (veja-se o relato de Flávio Josefo sobre o cerco de Tito a Jerusalém, em 70 d.C.: 5.3). Nesta “artilharia” não nos podemos ainda esquecer das linhas de arqueiros e fundibulários, geralmente colocadas à frente da artilharia pesada, muitas vezes em substituição dos *velites* (mencionados pela última vez durante a campanha de Quinto Cecílio Metelo em África, contra Jugurta, em 109 a.C.), as quais eram capazes de arremessar mísseis até 175 metros de distância!

Eis, em síntese, a estrutura da máquina militar romana, que deu cartas pela Europa fora durante vários séculos. Era uma máquina difícil de vencer e que assentava o seu poderio em seis trunfos principais: i) um alto nível de organização e de disciplina, tanto em combate como nas colunas de marcha e no alojamento (os Romanos eram os únicos que se davam ao luxo de construir acampamentos itinerários fortificados para apenas uma ou duas noites); ii) uma grande capacidade de adaptação e de integração de práticas marciais de outros povos (inclusivamente ao nível do armamento: gládio hispânico, lorica gaulesa, etc.), mas sem perda de identidade própria (a estrutura legionária e a forma de comando típica dos Romanos nunca foram postas em causa, pelo menos durante o Alto Império); iii) um espantoso nível de persistência e determinação, ou seja, um forte ‘espírito militar’, que passava de geração em geração e que fazia com que os Romanos recusassem a palavra ‘derrota’, mesmo quando tudo parecia perdido (como após a batalha de Canas, em 216 a.C.); iv) um recrutamento cuidadoso e um treino regular muito intensivo, em tempo de guerra e em tempo de paz, de verão e de inverno (neste caso em edifícios próprios), pressupondo diversos tipos de exercício (marcha, corrida, salto, equitação, esgrima, arremesso de dardos, natação, entre outros), alguns deles praticados com armas mais pesadas do que aquelas que eram utilizadas nos teatros de guerras; v) uma forma impiedosa de lidar com os inimigos, em especial com aqueles (como os Judeus) que, depois de terem acordado a rendição, pegavam de novo em armas contra Roma; vi) uma versatilidade tática rara (como já comentámos, ao analisar a evolução da estrutura interna da legião), o que garantiu a superioridade dos exércitos romanos tanto no centro e no oeste da Europa como nos cenários mais a leste, designadamente contra o temível modelo militar helenístico (Monteiro / Braga 2009 16-17).

Fazer parte de uma tal máquina militar era, sem dúvida atraente, pelo que, durante o Alto Império, Roma não sentiu dificuldades em mobilizar os cerca de 18 000 efetivos que se estima que precisasse de repor anualmente para cobrir as baixas e as reformas. Regra geral, o voluntariado era suficiente, não sendo necessário recorrer à invocação do princípio do serviço militar obrigatório. A carreira das armas, sobretudo a partir das reformas de Mário e de Augusto, tornara-se uma boa solução de vida para os candidatos que, entre os 18 e os 21 anos, se apresentavam de moto próprio para alistamento nas legiões. Sujeitos inicialmente a uma inspeção das suas capacidades físicas (a *probatio*) e mesmo intelectuais (era necessário que pelo menos alguns soubessem escrever, ler ou contar), quando aprovados eram inscritos nas listas e eram tatuados, como forma de combate à deserção. Depois, cumpriam uma instrução de quatro meses, finda a qual prestavam juramento ao imperador. A integração dos novos recrutas (que se faziam acompanhar das suas próprias armas e de um *viaticum* familiar de cerca de 75 denários para as primeiras despesas) fazia-se sobretudo através do *contubernium* onde eram colocados, sob o comando de um chefe de tenda (o *caput contubernium*).

Já vimos que o tempo de serviço variava consoante o estatuto das unidades militares, sendo certo que, pelo menos a partir de Augusto, os legionários recebiam um salário de 225 denários por ano, pago quadrimestralmente (com Domiciano, em 83, foi introduzido um novo pagamento e o sistema tornou-se trimestral, elevando o soldo anual para 300 denários). Contudo, a administração militar retinha, em jeito de poupança obrigatória, uma parte desse valor, que era devolvida no momento da reforma ou utilizada para fazer face às despesas funerárias, em caso de morte do legionário (geralmente, eram cremados ou sepultados sem armas, para desgosto dos arqueólogos modernos). Durante os seus treinos num *campus* contíguo ao acampamento, os legionários praticavam não só exercícios individuais, mas também coletivos. Podiam ainda executar trabalhos públicos de diverso tipo (construção de edifícios ou de estradas, por exemplo) e chegaram mesmo a erguer autênticas cidades (como Timgad, no Norte de África, ao tempo de Trajano). Nas bases legionárias, imperava uma disciplina severa e os castigos podiam atingir a pena de morte. Durante a sua vida militar, os soldados das legiões viam os seus direitos civis suspensos (incluindo as uniões matrimoniais) e o Estado deixava de os reconhecer como cidadãos enquanto estivessem aprisionados. Até Cláudio (41-54) não podiam casar, mas a partir daí esta opção foi tolerada e, com Septímio Severo (193-211), o casamento foi legalizado. Em contrapartida, os legionários dispunham do direito a declarar oralmente o seu testamento e estavam isentos do pagamento de imposto sucessório.

Segundo as investigações de Le Bohec (2002 248-249), a *legio III Augusta*, que atuou na Numídia no séc. II d.C., apresenta para os seus soldados índices de 58% de nupcialidade e de 1,48% de fecundidade, estando a mortalidade média estimada entre os 45 e os 47 anos. No que diz respeito à alimentação dos legionários, era razoavelmente rica e variada: bastante carne (de vaca, de carneiro, de galinha, toucinho), peixe e marisco (sobretudo nas regiões mediterrânicas), legumes, feijão, lentilhas, queijo, azeite e, obviamente, bastante vinho; quanto a cereais, a base de tudo, estima-se que uma legião (5240 homens, recorde-se) consumiria numa semana o equivalente a 8 ha de trigo (ou 180 hl, algo como oito estádios de futebol dos dias de hoje), sendo certo que os homens transportavam consigo pequenos moinhos rotativos manuais (provavelmente um por cada *contubernium*) com os quais transformavam o cereal em farinha grossa destinada a pães ázimos que eram cozidos nos fornos de cada centúria. Em matéria de divertimentos, é conhecida a preferência dos legionários pelos banhos e pelos espetáculos brutais (p. ex., de gladiadores). Do ponto de vista religioso, deve ter imperado um certo sincretismo (venerar diversos deuses era um meio mais seguro de garantir a vitória ou a sobrevivência), mas não nos devemos esquecer da importância que o culto imperial também adquiriu, nem do peso (embora muito menor) das religiões orientais (contrárias ao derramamento de sangue e aos espetáculos violentos), sobretudo a partir do séc. III d.C.. Depois de licenciados, muitos veteranos dedicavam-se à atividade agrícola, dando expressão material aos tantas vezes invocados quatro grandes amores do povo romano: as armas, os deuses, o direito e a terra...

Ao longo dos séculos, esta máquina militar imperial foi sendo aperfeiçoada, mas as reformas mais importantes ocorreram a partir da dinastia dos Severos (iniciada em 193 d.C.), quando a chamada Crise de Século III, resultado do aumento da pressão bárbara, de norte para sul, e da pressão dos Persas Sassânidas (que em 224 d.C. substituíram os Arsácidas), de leste para oeste, criou uma situação de alarme militar e obrigou os novos imperadores a tomarem medidas de emergência. Aos poucos, essas medidas, ditadas também pela degradação da autoridade central, por ciclos económicos desfavoráveis e pelo surgimento de novas cambiantes de natureza mental-religiosa (p. ex., a afirmação das religiões orientais, nomeadamente do cristianismo), conduziram à descaracterização do modelo militar imperial e a uma progressiva perda de eficiência da máquina de guerra romana (Richardot 2001 *passim*).

Septímio Severo (193-211) deu o tiro de partida para as grandes reformas militares do Baixo Império, introduzindo os *campidoctores* (*mestres de armas*) na guarda pretoriana, renovando os velhos colégios militares (com arcas próprias para retenção das poupanças obrigatórias), atribuindo o comando das legiões a prefeitos da ordem equestre e criando um corpo de arqueiros osdroenos. A ele se devem também modificações importantes no regime da “anona”, objetivamente uma variante de soldo (total ou parcial) pago sob a forma de géneros alimentares, habitualmente trigo; note-se que o aprovisionamento dos acampamentos militares era feito inicialmente por via de um embrião de sistema de intendência, e seguidamente pelo sistema da “anona militar”, sobre o qual subsistem muitas dúvidas mas que poderá ter sido inventado por Trajano e depois aperfeiçoado por Septímio Severo, Caracala e Gordiano III, entre outros.

O enorme aumento, por Galieno (260-268 d.C.), do número de cavaleiros das legiões, de 120 para 726, pode inscrever-se num tal ambiente reformista e constitui um sinal claro da influência militar bárbara. Galieno tinha recebido uma herança pesada e tratou também de criar uma nova guarda pessoal (os *protectores*) e de modificar o comando das legiões, interditando aos senadores a carreira militar (com o que foram suprimidos os legados e os tribunos *laticlauii*, e promovidos os prefeitos do acampamento). Ao mesmo tempo, instituiu um enquadramento uniforme para todas as legiões (com base no modelo das legiões egípcias e “párticas”), reforçou o profissionalismo do corpo dos oficiais (p. ex., substituindo os governadores de província por *praesides* de nível equestre), entregou comandos mais vastos a duques, valorizou os destacamentos confiados a *praepositi* equestres e criou novas unidades montadas, o que conduziria ao nascimento de uma reserva móvel (com cavaleiros dálmatas, mouros e outros) estacionada atrás da fronteira.

Galieno morreu em combate e o poder passou para Cláudio II, que incentivou fortemente o recrutamento de soldados bárbaros. Sucedeu-lhe Aureliano (270-275), célebre pela tentativa de reforço da unidade do Império através do recurso ao culto solar e que foi protagonista de numerosos combates. Na sua

época, o exército romano dispunha de 35 legiões, das quais 16 estavam estacionadas ao longo do Reno e do Danúbio e 12 no Oriente, o que revela claramente de onde vinha o perigo principal.

A chegada ao poder de Diocleciano (284-305) conduziu não só a grandes reformas políticas, mas também a alterações militares significativas. Muitos autores acreditaram que o sistema defensivo romano assentaria então numa dupla valência: uma reserva móvel situada atrás da fronteira e composta pelas melhores tropas (os *comitatenses*); e um conjunto de unidades de qualidade inferior (em geral, camponeses-soldados) estacionadas junto à fronteira (os *limitanei*). No entanto, Le Bohec (2006 145-146) mostrou que a estratégia militar romana no Baixo Império se caracterizou antes pela colocação no terreno, de forma perpendicular à fronteira, de três grandes exércitos: o das Gálias (contra os Alamanos), o da Ilíria (para fazer face aos Godos) e o do Oriente (para travar os Persas Sassânidas). Nesta época, o Império jogava sobretudo à defesa, sem contudo deixar de tomar a ofensiva quando as circunstâncias o permitiam. Acima de tudo, os imperadores queriam garantir a segurança de Roma e da Península Itálica, o que se afigurava cada vez mais difícil, dado o aumento da agressividade e da qualidade militar dos Alamanos e dos Godos (em parte, fruto do contacto com o mundo romano).

Ao implantar os modelos da diarquia e, depois, da tetrarquia imperial, Diocleciano procurou pôr de pé um sistema hierarquizado que pressupunha a criação de quatro exércitos, cada qual defendendo uma parte do Império. Tendo obtido alguns sucessos relevantes no Oriente, contra os Persas (o que conduziu à *leonina Paz de Nisibe*, em 298), Diocleciano apostou em reformas militares mais especializadas: reduziu drasticamente o número de efetivos das legiões (fala-se até em “micro-legiões” de pouco mais de 1000 homens), com vista a poder dispor de pelo menos duas delas em cada província fronteiriça; alterou o modelo de recrutamento, implantando mecanismos de natureza parafiscal para a mobilização dos homens de guerra (p. ex.: o *aurum tironicum*, isto é, o “ouro dos recrutas”, que era versado por aqueles que preferiam pagar a serem incorporados, gerando assim verbas que permitiam a contratação de mercenários) e estimulando a hereditariedade na profissão das armas; graças a isso, aumentou os efetivos militares, possibilitando que cada tetrarca dispusesse de uma guarda própria e elevando o número global de soldados ao serviço de Roma para 389 704 no exército terrestre e 45 562 na marinha (as contas são do já citado João “o Lídio”); fundou *fabricae* estatais para produção de armamento, substituindo ou completando as tradicionais oficinas de tipo essencialmente artesanal situadas nas bases legionárias ou os antigos arsenais de guerra (Feugère 2002 185-186); por fim, reconstituiu a marinha romana, que bem preciosa era numa época em que a pirataria grassava, em especial na Mancha e nas costas da Bretanha.

Quando Diocleciano abdicou, deu-se o regresso da instabilidade e da guerra civil, de que sairia vencedor Constantino I (324-337 d.C.). Também

ele era um general ilírio competente e determinado que, por entre diversos sucessos militares (obtidos diretamente por ele ou pelos seus filhos), se entregou a reformas militares importantes, ainda que um pouco avulsas, pois não parecem ter obedecido a um programa coerente: dissolveu as velhas unidades da guarnição de Roma e da guarda pessoal do imperador (a guarda pretoriana tinha apoiado o seu rival Maxêncio durante a guerra civil) e, como já vimos, criou uma nova guarda imperial – as *scholae palatinae*; reformou o alto comando, consolidando as três grandes regiões militares que já referimos (Gália, Ilíria e Oriente) e entregando a chefia militar, em cada uma delas, a um “meestre das milícias” (dois por cada região: um para a cavalaria e outro, seu subordinado, para a infantaria); implementou novos dispositivos táticos, tanto em batalha como nos cercos; e, por fim, recorreu à forte incorporação – com vista a colmatar as lacunas no recrutamento – de soldados bárbaros, sobretudo Germanos e Francos (Richardot 2001 293-308).

Com tudo isto, o exército romano que enfrentaria os tremendos desafios da segunda metade do séc. IV d.C. seria já muito diferente da máquina imperial herdada e aperfeiçoada por Otávio Augusto. Escreveu Amiano Marcelino (que foi oficial do exército de Juliano, o imperador que morreu ingloriamente durante a estranha campanha da Pérsia em 363) que, em 364, “todo o mundo romano escutava as trombetas que chamavam para a guerra” (26 4 318). Já se explicou neste volume que uma tal guerra não correu bem para os Romanos, que se mostraram incapazes de defender a integridade territorial da parte ocidental do Império, sobretudo após a derrota sofrida às mãos de uma coligação de povos bárbaros na batalha de Adrianópolis, em 378 d.C. (Richardot 2001 271-290; Monteiro 2012 109-140). Alguns anos mais tarde, um alto oficial palatino de nome Flávio Vegécio Renato comporia, para um dos imperadores do período situado entre 383 e 450, um compêndio da arte da guerra (*Epitoma Rei Militaris*) onde resumiu, com notável detalhe, a forma de organização e atuação da máquina militar romana do passado: recrutamento, treino, estrutura hierárquica, princípios táticos, poliorcética e guerra naval (Monteiro / Braga 2009). O objetivo era exortar um novo imperador a regressar aos bons hábitos marciais que haviam estado na origem dos gloriosos sucessos de antigamente. Para tanto, havia que romper com os maus costumes (como o recrutamento pouco criterioso, o exercício relaxado, o recurso a tropas mercenárias caras e pouco fiáveis, a entrega da liderança militar a bárbaros) e recuperar o que de melhor os Romanos de antanho haviam ensinado ao mundo: como fazer a guerra. Tarde demais. As palavras de Vegécio não tiveram o eco desejado (ou os imperadores não dispuseram já de condições para as seguir à letra) e o exército romano acabaria por se afundar paulatinamente, província a província, embora deixando no ar, ao longo dos séculos, o perfume da mais completa e eficiente máquina de guerra que o mundo ocidental conheceu, até aos dias de hoje.

Bibliografia

1. Fontes Principais

- Burnouf, J. L. (1861), *Oeuvres Complètes de Tacite*. Trad., intr. et notes. Paris, Hachette.
- Campbell, B. (1994), *The Roman Army, 31 B.C. – A.D. 337. A Source Book*. Oxon, Routledge.
- Flacelière, R. – Chambry, É. (2001), *Plutarque. Vies Parallèles I*. Trad. Présentation par J. Sirinelli. Paris, Robert Laffont.
- Hamilton, W. (1986), *Ammianus Marcellinus, The Later Roman Empire (A. D. 354-378)*. Transl. and selection. Intr. and notes by A. Wallace-Hadrill. Penguin Books.
- Jackson, J. (1937), *Tacitus. The Annals*. Latin With an English Translation. Loeb Classical Library Edition. Cambridge MA, Harvard University Press.
- Mata, M., (2007), *Flávio Josefo, A Guerra dos Judeus*. Apresentação de Moisés Espírito Santo. Lisboa, Sílabo.
- Monteiro, J. G. – Braga, J. E. (2009), *Vegécio, Compêndio da Arte Militar*. Trad., intr. e notas. Prefácio de M. H. da Rocha Pereira. Edição bilingue. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Perrin, B. (1916), *Plutarch's Lives, Vol. IV. Alcibiades and Coriolanus. Lysander and Sulla*. With an English Translation. Loeb Classical Library. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Perrin, B. (1917), *Plutarch's Lives, Vol. V. Agesilaus and Pompey. Pelopidas and Marcellus*. With an English Translation. Loeb Classical Library. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Perrin, B. (1920), *Plutarch's Lives. Vol. IX. Demetrius and Antony. Pyrrhus and Gaius Marius*. With an English Translation. Loeb Classical Library edition. Cambridge MA, Harvard University Press.
- Raquel, V. (2004), *Júlio César, A Guerra das Gálias*. Trad. e notas. Lisboa, Sílabo.
- Rives, J. B. (1999), *Tacitus, Germania*, Translated with introduction and commentary. Oxford, Clarendon Ancient History Series.
- Scott-Kilvert, Ian (1979), *Polybius, The Rise of the Roman Empire*. Transl. Selected with an Intr. by F. W. Walbank. Penguin Books.
- Wuensch, R. (1903), *Joannis Lydi, De Magistratibus populi Romani*. Leipzig, Teubner.

2. Estudos

- Bishop, M. C. – Coulson, J. M. C. (2016), *Equipamiento militar romano de las Guerras Púnicas a la caída de Roma*, trad. esp., Madrid, Despierta Ferro.
- Brizzi, G. (2004), *Le Guerrier de l'Antiquité Classique. De l'hoplite au légionnaire*. Trad.. S. I., Éditions du Rocher.
- _____ (2008), “Caio Giulio Cesare : profilo di un grande comandante” in G. Gentili, ed., *Giulio Cesare – l'uomo, le imprese, il mito*. S.I., Silvana Editoriale 24-31.
- _____ (2015), *70 D.C. La conquista di Gerusalemme*. Bari, Laterza.
- Canali, L. (2008), *Annibale e la 'Fobia Romana' di Freud*. Roma, Carocci.
- Feugère, M. (2002), *Weapons of the Romans*. Trad. Charleston Stroud, Gloucestershire, Tempus.
- Goldsworthy, A. (2007), *Generais Romanos. Os homens que construíram o Império Romano*. Trad. port. Lisboa, Esfera dos Livros.
- Goldsworthy, A. K. (1996), *The Roman Army at War, 100 BC – AD 200*. Oxford, University Press.
- Le Bohec, Y. (2001), *César, chef de guerre*. S. I., Éditions du Rocher.
- _____ (2004), *El ejército romano. Instrumento para la conquista de un Imperio*. Trad. esp., Barcelona, Ariel.
- _____ (2006), *L'armée Romaine dans la tourmente: une nouvelle approche de la «crise du III^e siècle»*, Éditions du Rocher.
- _____ (2006), *L'armée Romaine sous le Bas-Empire*. Paris, Picard.
- _____ (2014), *La Guerre Romaine, 58 avant J.-C.–235 après J.-C.*. Paris, Tallandier.

- Le Bohec, Y. (2002), *L'armée Romaine sous le Haut-Empire*. Paris, Picard.
- Luttwak, E. N. (1979), *The Grand Strategy of the Roman Empire. From the First Century A. D. to the Third*. Baltimore-London, The John Hopkins University Press.
- Monteiro, J. G. (2010), *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de história militar antiga e medieval*. Coimbra, Salamandra.
- Monteiro, J. G. (2012), *Grandes conflitos da história da Europa*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Richardot, Ph. (1998), *La fin de l'armée romaine*. Paris, Economica.
- Rocha Pereira, M. H. (2009), *Estudos de História da Cultura Clássica, vol. II, "Cultura Romana"*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vernant, J.-P. – Détienne, M. (1974), *Les ruses de l'intelligence: La métis des Grecs*. Paris, Flammarion.